

Recomendação

Por uma Lisboa que seja referência de transparência no poder local em Portugal

Considerando que:

1. Desde o início da publicação do Índice de Transparência Municipal (ITM), da responsabilidade da Associação Cívica Transparência e Integridade, Lisboa tem vindo a obter sempre classificações modestas no ranking nacional dos 308 municípios, conforme o quadro que se segue:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Posição	115º	113º	127º	137º	144º
ITM	36,00	35,71	44,78	50,41	52,06

2. Estas classificações são decepcionantes face às expectativas que naturalmente recaem sobre o município de Lisboa, principal referência no quadro dos municípios portugueses, e, se associarmos a evolução lenta do valor do índice à degradação sucessiva da posição de Lisboa no ranking nacional, elas também são reveladoras do pouco interesse que o executivo tem dado aos temas da transparência e do combate à corrupção.
3. Para além disso, a recente publicação do Índice de Percepção da Corrupção relativo ao ano de 2018, por parte da Transparency International, vem demonstrar que, desde 2015, Portugal inverteu a tendência e segue agora uma trajetória descendente, tendo passado da 28ª para a 30ª posição no ranking global, facto do qual os municípios portugueses também não se podem alhear, uma vez que desempenham um papel importante no quadro da Administração Pública, enquanto órgãos do Estado de âmbito local.
4. As receitas da Câmara Municipal de Lisboa apresentam, nos últimos 5 anos, um crescimento médio anual na casa dos dois dígitos, tendo passado de 572 milhões de euros em 2013 para 914 milhões de euros em 2017 e prevendo-se um novo máximo de 1.143 milhões de euros em 2019 – o dobro da receita arrecadada em 2013 – o que implica, necessariamente, não só uma maior responsabilidade, como também uma maior exigência de rigor e transparência na utilização dos dinheiros públicos.
5. Acresce que o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa é, de longe, o maior do país ao nível do poder local – em 2019, o do Porto, com 294 milhões de euros, é cerca de quarto vezes inferior e o de Cascais, com 214 milhões de euros, é cerca de cinco vezes inferior – motivo pelo qual Lisboa tem responsabilidades acrescidas e deve aspirar a ser uma referência de transparência no panorama nacional.
6. Após um ano de interregno, para se proceder a uma reflexão alargada sobre os critérios de avaliação e a metodologia utilizada, o Índice de Transparência Municipal vai ser relançado em 2019 e novamente publicado nos anos seguintes.

Assim, o grupo municipal do PSD propõe à AML que recomende ao executivo, ao abrigo da alínea c) do artigo 15º conjugado com o artigo 71º do mesmo:

1. Que a Câmara Municipal de Lisboa eleja o tema da transparência como uma das suas prioridades e estabeleça o objectivo de se situar, no prazo máximo de 3 anos, entre os 10 municípios portugueses com melhor Índice de Transparência Municipal.
2. Que a Câmara Municipal de Lisboa elabore, para esse efeito, um programa detalhado, onde estejam previstas metas claras e os passos necessários para as atingir, e que seja suportado por um plano de investimentos adequado, capaz de garantir a implementação de mudanças significativas ao nível dos sistemas e dos processos existentes nas diversas áreas e responder, assim, de forma eficaz a cada um dos critérios de avaliação do índice.
3. Que a Câmara Municipal de Lisboa proceda a uma avaliação anual dos resultados obtidos no Índice de Transparência Municipal, para identificar os desvios ao programa e adotar as medidas corretivas necessárias, dando conhecimento deste trabalho à Assembleia Municipal, através da elaboração de um relatório completo sobre o tema.

O Grupo Municipal do PSD